

Folha De S. Paulo
Segunda - feira 04/05/2015
Cotidiano

Catedral de Campinas vende área não construída para bancar restauração

Documento que permitirá prédios maiores em áreas restritas deve render R\$ 4,3 milhões; processo de preservação se arrasta há 10 anos

Venceslau Borlina Filho
De Campinas

O restauro da Catedral Metropolitana de Campinas, uma das maiores construções do mundo em taipa de pilão, vai ganhar fôlego com uma medida ainda pouco conhecida, a venda do chamado potencial construtivo.

O documento, que foi concedido em abril pela prefeitura, diz que, se a catedral não fosse tombada como patrimônio histórico municipal, poderia ceder espaço a outro imóvel na área de 2.160 m² que ocupa no solo.

As construtoras são as principais interessadas no negócio porque, com o certificado, poderão construir prédios mais altos em regiões da cidade onde o zoneamento é restritivo. A expectativa da Igreja é obter R\$ 4,3 milhões com a venda do título.

O trâmite já é adotado em cidades como São Paulo e Curitiba, principalmente para manter a preservação de prédios históricos tombados.

Em Campinas, onde há 420 imóveis tombados, a catedral foi a primeira a receber o certificado público.

O processo de preservação da catedral se arrasta há dez anos. O templo, erguido entre 1807 e 1883 por escravos, mistura três estilos (barroco, rococó e neoclássico) e conta com peças inteiras esculpidas em cedro rosa.

O cônego Álvaro Augusto Ambiel, um dos responsáveis pela catedral, diz que o valor será investido na recuperação das fachadas. Essa segunda

fase das obras foi orçada em R\$ 7 milhões, dos quais cerca de R\$ 3 milhões foram obtidos por meio da Lei Rouanet.

A terceira fase da reforma, ainda sem projeto, inclui a restauração do interior da igreja, onde o altar-mor e os adornos em madeira sofrem com o efeito do tempo e dos cupins. Na primeira fase, o telhado e o forro foram restaurados por R\$ 3 milhões.

"A restauração da igreja é grande. É uma obra cara, mas, se tivéssemos o dinheiro necessário, teríamos concluído as intervenções em cinco anos", disse o padre.

Segundo ele, com as dificuldades para obter recursos para a obra, o prazo para conclusão da restauração foi triplicado, para 2020.

A lei municipal que permite a emissão do potencial construtivo foi aprovada em 2008, mas regulamentada apenas em dezembro passado. O secretário da Cultura, Ney Carrasco, disse que itens da lei foram corrigidos.

"Esse é um mecanismo de mercado que facilita muito as coisas. O dono do imóvel tombado não vai ter que entrar em um edital público, concorrer com outros projetos. Ele próprio poderá negociar seu certificado", disse.

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/218100-catedral-de-campinas-vende-area-nao-construida-para-bancar-restauracao.shtml>